

HISTÓRIA PÚBLICA EM PERSPECTIVA: aprendizados a partir das memórias da ditadura e das lutas argentinas

PUBLIC HISTORY IN PERSPECTIVE: lessons from memories of the dictatorship and the struggles in Argentina

Jucinara de Melo Silva¹ 
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto² 

RESUMO

Este texto analisa experiências de História Pública observadas na cidade de Buenos Aires - Argentina, durante a realização de um intercâmbio acadêmico a partir do Programa Abdias Nascimento (CAPES), com foco nas práticas de memória relacionadas à última ditadura cívico-militar argentina. A partir de intervenções urbanas, como as baldosas e os escraches, de ações educativas desenvolvidas em escolas e de iniciativas culturais articuladas ao lançamento da série “O Eternauta”, discute-se a construção social e compartilhada da memória no espaço público argentino. Fundamentado no conceito de História Pública e em seus quatro engajamentos, o estudo evidencia o papel do espaço urbano, do corpo e da participação coletiva na disputa por memória, verdade e justiça. Concluímos que a História Pública argentina se constitui como uma prática social viva, articulada entre sociedade, instituições e ativismo, com forte potencial pedagógico e político.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Ditadura Argentina; História Pública; Políticas Afirmativas; Intercâmbio.

ABSTRACT

This paper analyzes Public History experiences observed in the city of Buenos Aires during an academic exchange, focusing on memory practices related to the last Argentine civic-military dictatorship. Through urban interventions such as baldosas and escraches, educational actions developed in schools, and cultural initiatives linked to the release of the series The Eternaut, the study discusses the social and collective construction of memory in public spaces. Grounded in the concept of Public History and its four forms of engagement, the analysis highlights the role of urban space, the body, and collective participation in the struggle for memory, truth, and justice. The findings indicate that Argentine Public History is constituted as a living social practice, articulated among society, institutions, and activism, revealing strong pedagogical and political potential.

KEYWORDS: Memory; Argentine Dictatorship; Public History; Affirmative Action Policies; Academic Exchange.

¹Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGed/UFRN). É Historiadora (licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: jucinaramello25@gmail.com

²Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lotada no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo. Pós-doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, diretora da Regional Nordeste da Associação Brasileira de História Oral - ABHO. É doutora em Educação. E-mail: aliny.pranto@ufrn.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a História Pública consolidou-se como um campo de reflexão e prática voltado à democratização do conhecimento histórico em que para além da ampliação de audiências, o campo propõe uma construção historiográfica colaborativa fundamentada na ideia de autoridade compartilhada, reconhecendo que a produção da história e da memória extrapola os muros da academia ao incorporar práticas não institucionais e sujeitos diversos como agentes ativos do saber.

No contexto latino-americano, esse campo assume contornos específicos, atravessados por disputas em torno da memória, dos direitos humanos e dos usos públicos do passado, especialmente em países marcados por experiências autoritárias recentes.

Nesse sentido, a experiência de mobilidade acadêmica relatada nesta escrita, configurou-se como um espaço privilegiado de formação e reflexão, ao possibilitar o contato com diferentes práticas institucionais, educativas e sociais de produção e circulação do conhecimento histórico no contexto argentino.

Diante disso, temos como objetivo refletir sobre o intercâmbio acadêmico realizado na Argentina, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES), partindo de tais vivências como chave analítica para discutir as formas de constituição, atuação e engajamento da História Pública no contexto argentino, a partir de observações situadas em espaços institucionais, educativos, culturais e políticos.

Vale destacar que a mobilidade foi possibilitada pelo projeto “Desigualdades e travessias interculturais: ações integradas de ensino e pesquisa para qualificar a formação na pós-graduação”, que estabeleceu uma rede de cooperação acadêmica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), tendo como premissa o fortalecimento dos programas de pós-graduação dessas instituições através da mobilidade inter-regional e internacional de estudantes e professores universitários.

Nesse cenário, a experiência na Argentina, vivenciada durante os meses de fevereiro a julho de 2025, coordenada pelos professores Olívia Moraes de Medeiros Neta (UFRN) e Eduardo Lautaro Gallak (UNLP), possibilitou o contato com professores, instituições e experiências da sociedade argentina, as quais se mostraram extremamente significativas para a nossa formação acadêmica, especialmente no que diz respeito à compreensão de distintas formas de uso público da história no contexto latino-americano.

Nesse âmbito, destacamos ainda, a parceria desenvolvida com a professora Gisela Fabiana Andrade, Diretora do Mestrado em História Pública e docente da área de Didática da História na Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), bem como professora da disciplina de Ensino das Ciências Sociais na Escuela Normal Superior nº 4 “Estanislao S. Zebalos”, localizada na Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA).

Tal interlocução foi fundamental para o aprofundamento das discussões sobre ensino de história e a História Pública no contexto argentino, o que propiciou não apenas experiências no âmbito universitário e escolar, mas também vivências nas ruas e no cotidiano do país, evidenciando o forte caráter público, político e socialmente engajado de sua História Pública.

Assim, na primeira seção, este artigo apresenta e analisa as experiências do intercâmbio acadêmico realizado na Argentina no âmbito do Programa Abdias Nascimento, compreendendo-o como um espaço formativo e analítico. São abordados o contexto institucional da mobilidade, as práticas educativas e formativas vivenciadas, as interlocuções acadêmicas estabelecidas e o contato com políticas de memória e espaços públicos.

Na seção seguinte, desenvolvemos uma reflexão teórica sobre a História Pública no contexto argentino, construída a partir das experiências analisadas na seção anterior. Além disso, buscamos discutir os modos de institucionalização, as práticas educativas, os vínculos com as políticas de memória, os direitos humanos e as disputas em torno dos usos públicos do passado.

EXPERIÊNCIAS DO INTERCÂMBIO ACADÊMICO NA ARGENTINA NO ÂMBITO DO PROGRAMA ABDIAS NASCIMENTO

Abdias Nascimento (1914–2011) constitui uma das mais importantes referências intelectuais, políticas e culturais do século XX no Brasil e no mundo afro-diaspórico. Intelectual multifacetado, poeta, dramaturgo, artista visual e ativista pan-africanista, sua trajetória esteve profundamente marcada pelo enfrentamento ao racismo, pela defesa dos direitos humanos e pela valorização das culturas africanas e afro-brasileiras.

Fundador do Teatro Experimental do Negro e idealizador do Museu de Arte Negra, Abdias Nascimento articulou de forma pioneira a produção cultural, ação política e educação, compreendendo a cultura e a história como campos estratégicos de disputa pública. Além disso, sua atuação acadêmica internacional, aliada ao engajamento nos movimentos negros, na política institucional e na formulação de políticas públicas, consolidou uma perspectiva de conhecimento comprometida com a justiça social, a memória e a transformação das estruturas de exclusão.

Nesse sentido, sua trajetória inspira iniciativas contemporâneas voltadas à democratização do acesso à educação e à produção do conhecimento, como o Programa de Desenvolvimento Acadêmico que leva seu nome e se trata de um projeto de ações afirmativas, destinado a formação e capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas, população do campo e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

No que diz respeito ao projeto que fundamenta as experiências de mobilidade acadêmica que orientam a escrita deste trabalho, intitulado “Desigualdades e travessias interculturais: ações integradas de ensino e pesquisa para qualificar a formação na pós-graduação”, tornou-se possível por meio da articulação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Universidade Estadual do Pará (UEPA), promovendo a mobilidade acadêmica de doze estudantes de mestrado e doutorado dessas instituições durante o primeiro semestre de 2025, na Argentina.

De acordo com (Rodrigues, et. al, 2025, p. 4):

O Programa Abdias Nascimento foi criado no ano de 2013, resultado de uma demanda histórica de organizações do movimento negro brasileiro que reivindicavam, naquele momento, a criação de um programa de internacionalização e de incremento de acesso à pós-graduação em favor de grupos socialmente discriminados. O programa foi criado com duas frentes, uma voltada para mobilidade acadêmica internacional e outra para a formação pré-acadêmica para o acesso à pós-graduação. Ambas as vertentes se inserem no âmbito de ações de democratização do acesso ao ensino superior, com foco na diversidade, no sentido de incluir os coletivos historicamente excluídos da educação superior.

Nesse cenário, o programa amplia possibilidades de projeções acadêmicas e profissionais a estudantes historicamente atravessados por múltiplas desigualdades sociais, de gênero, classe, raça e etnia, garantindo que estes possam vislumbrar novas possibilidades de trabalho e de

pesquisa científica, bem como o contato com outras visões de mundo, novas formas de pensar seus temas e métodos de estudo, além do aprimoramento e da fluência linguística a partir do contato com outras línguas e culturas.

Destacamos ainda que para além das dimensões profissionais e acadêmicas, o Programa Abdias Nascimento também produz

[...] por meio da agência desses jovens estudantes, uma força propulsora e revolucionária que transmutou suas famílias e sua comunidade. Ao se moverem, esses jovens movimentaram suas próprias famílias e todos aqueles que vivem ao seu redor, além de terem produzido impactos nas universidades de origem e do exterior (Rodrigues, et. al, 2025, p. 13).

Diante disso, consiste em uma iniciativa que garante impactos que extrapolam a trajetória individual dos estudantes, alcançando também seus contextos familiares e comunitários.

Esses elementos reforçam a dimensão transformadora e intergeracional das políticas de ações afirmativas, evidenciando seu alcance para além do espaço universitário, na medida em que possibilitam o rompimento de padrões estruturais de racismo, patriarcado e desigualdades sociais que historicamente atingem as famílias brasileiras, especialmente aquelas racializadas.

Com isso, a dimensão transformadora do Programa Abdias Nascimento evidencia a potência das políticas de ações afirmativas no enfrentamento das desigualdades estruturais, cujos efeitos se materializam de forma concreta nas experiências de inserção institucional e acadêmica proporcionadas pelo intercâmbio.

No âmbito da experiência analisada, tal inserção acadêmica ocorreu de forma ampla e articulada, envolvendo atividades de ensino na Universidad de Buenos Aires (UBA), onde cursamos um seminário dedicado aos debates sobre educação intercultural e científica no contexto argentino, temática diretamente relacionada ao eixo central das nossas pesquisas desenvolvidas no Brasil. Com isso, essa experiência revelou-se fundamental para a ampliação das nossas referências bibliográficas, ao possibilitar um panorama sobre como se pensa e o que dizem as pesquisas que dialogam com a educação oferecida aos povos indígenas no contexto da América Latina e em especial, da Argentina.

Além disso, foi possível vivenciar atividades de ensino e de troca de experiências a partir do contato com a Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), por meio da graduação em História e da interlocução com a professora de Didática da História e diretora do Mestrado em História Pública da mesma instituição, Prof.^a Gisela Fabiana Andrade. Essa aproximação possibilitou a participação em debates na disciplina de Didática da História, especialmente em torno da análise de materiais didáticos e das formas de abordagem dos regimes ditatoriais no processo de formação de professores de História no contexto argentino.

Nesse âmbito, destaca-se a apresentação e discussão do material didático intitulado “Guía para docentes – Justicia por amar”, desenvolvido pelas professoras Marisa Massone e Betina Akselrad, vinculadas à Universidad de Buenos Aires (UBA) que trata-se de um material que problematiza memória, direitos humanos e contribui com a elaboração de práticas pedagógicas a partir de uma perspectiva crítica, com o objetivo de subsidiar a abordagem dessas temáticas em sala de aula por meio do uso fontes históricas relacionadas ao período ditatorial argentino.

Nesse mesmo contexto, foi possível compartilhar com os alunos da turma, aspectos do cenário brasileiro no que concerne às políticas de justiça e memória relativas ao período ditatorial, considerando também as formas de abordagem dessas temáticas nas salas de aula brasileiras.

Além disso, foi possível participar do lançamento do livro *Historia pública en América Latina: teorías y prácticas desde el sur* (2025), publicado pela Universidad Nacional de Quilmes,

ocasião em que os professores envolvidos na obra promoveram um importante debate sobre o cenário da História Pública no país e sua relevância no contexto político e social daquele momento, marcado por uma série de protestos contra a retirada de direitos e os cortes de financiamento das universidades públicas, implementados pelo governo do presidente Javier Milei.

Para além do espaço universitário, a inserção acadêmica também se estendeu à Escuela Normal Superior nº 4 “Estanislao S. Zeballos”, instituição que, além de atuar na educação básica, desempenha papel central na formação de professores na Argentina. Nesse contexto, foi possível vivenciar de forma direta o trabalho arquivístico desenvolvido no museu da escola, espaço que preserva e difunde a memória institucional e educativa, levando o nome de um de seus professores, Roberto Gargiulo.

No âmbito dessa experiência, destacou-se o contato com o “Proyecto Archivo Histórico, Museo y Huellas” iniciativa desenvolvida pelas professoras María Elena Varela e Bárbara Trebino, que articula arquivo, museu escolar e práticas pedagógicas como eixos de preservação da memória institucional e de formação docente.

O projeto atua como centro de documentação, realizando o resguardo, a organização, a classificação e a disponibilização de documentos, objetos e testemunhos orais, escritos e imagéticos, compreendidos como fontes fundamentais para a compreensão da história da instituição e dos modos de funcionamento da vida escolar em suas dimensões reais e simbólicas.

Ademais, além de visitas guiadas, experiências com objetos históricos de laboratório, elaboração de materiais didáticos temáticos e percursos históricos sobre símbolos e tradições escolares, o projeto estabelece forte articulação com o nível terciário da instituição, possibilitando aos estudantes dos cursos de formação de professores o contato direto com a trajetória institucional no contexto da história da educação argentina, bem como o desenvolvimento de pesquisas, práticas e projetos vinculados ao campo da formação docente.

Nesse processo, destaca-se ainda que o museu inaugurado oficialmente em 2019, é fruto de um trabalho arquivístico minucioso iniciado pelo professor Roberto Gargiulo, cujo acervo reúne objetos e materiais didáticos utilizados desde os primórdios da Escola Normal até a atualidade, consolidando-se como um espaço vivo de educação patrimonial, memória e história da educação.

Inclusive com forte inserção comunitária por meio de eventos como a “Noche de los Museos”, que se trata de um evento cultural de grande alcance, no qual museus e espaços artísticos abrem gratuitamente suas portas ao público, com horários ampliados e programação especial, incluindo espetáculos, oficinas, visitas guiadas e outras atividades culturais.

Por fim, salientamos ainda, uma das experiências mais significativas vivenciadas ao longo do intercâmbio, que, embora não tenha ocorrido diretamente nas instituições anteriormente citadas, foi fortemente incentivada pelos professores que nos acompanharam no intercâmbio: a participação no “Día de la Memoria, Verdad y Justicia”, celebrado em 24 de março.

O Día de la Memoria, Verdad y Justicia de 2025, vivenciado na cidade de Buenos Aires, marcou os 49 anos do golpe militar de 1976, que perdurou até 1983. Nesta ocasião, foi organizada uma manifestação por parte das entidades Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, pelo agrupamento HIJOS (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio), além de movimentos de direitos humanos, sindicatos e partidos políticos e movimentos estudantis. Cabe destacar que ocorrem anualmente mobilizações em todo o território argentino incluindo as províncias de Córdoba, Rosário, Santa Fe e Mendoza.

Para além das múltiplas pautas presentes, a mobilização também salientou, enquanto uma das suas frentes de luta, a disputa das narrativas históricas do país frente ao atual governo, as quais

foram intensificadas durante o mês de março, reconhecido na Argentina como o mês da memória, da verdade e da justiça. Neste período o governo federal dedicou-se a divulgação, por meio do canal oficial da Casa Rosada no YouTube e demais redes sociais, uma série de vídeos de caráter negacionista, nos quais se afirmava que o número de 30 mil desaparecidos durante a ditadura militar seria uma falsificação.

Nesse cenário, a manifestação foi atravessada por uma longa faixa, produzida por familiares de desaparecidos em conjunto instituições ligadas à preservação da memória da ditadura e aos direitos humanos, que contava com fotografias e informações de cada uma das vítimas do terrorismo de Estado, comprovando material e simbolicamente a existência concreta dessas vidas interrompidas e refutando, de forma contundente, as narrativas negacionistas que buscam relativizar ou apagar a dimensão dos crimes cometidos pela ditadura militar argentina.

As ruas foram tomadas por inúmeros “pañuelos”, símbolo histórico da luta das Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, movimento formado por mães e avós que, desde o período ditatorial, reivindicam o aparecimento de seus filhos e netos desaparecidos e a responsabilização do Estado pelos crimes cometidos.

Esses lenços, inscritos no espaço urbano, operam como marcas visíveis da memória coletiva e da transmissão intergeracional das lutas por direitos humanos, ao serem também apropriados pelas gerações mais jovens, que assumem a responsabilidade de garantir a continuidade dessa memória e luta.

Além disso, a marcha também apresentou diversas reivindicações de justiça em relação ao jornalista e fotógrafo Pablo Grillo, atingido por uma bala de borracha durante protestos ocorridos semanas antes, em defesa dos aposentados argentinos, marcados por episódios de intensa violência policial, realizados sob a coordenação do Ministério da Segurança, então chefiado por Patricia Bullrich, integrante do governo de Javier Milei.

O protesto que vitimou o jornalista e fotógrafo Pablo Grillo insere-se em uma série de manifestações realizadas semanalmente, às quartas-feiras, em frente ao Congresso Nacional Argentino, que emergiram em resposta aos sucessivos cortes de direitos promovidos pelo governo ao longo de 2025. Tais medidas afetaram diretamente a população aposentada, levando-a a reivindicar a restituição de direitos sociais e a recomposição dos valores das aposentadorias, considerados incompatíveis com a realidade do custo de vida na Argentina.

Assim, as experiências vivenciadas no âmbito do intercâmbio acadêmico, aqui apresentadas de forma parcial em função dos limites desta escrita, evidenciam que a mobilidade não se restringiu a uma circulação institucional, mas se configurou como um processo formativo profundamente marcado pelo contato com práticas sociais, educativas e políticas de uso público do passado.

As inserções em universidades, escolas, arquivos, museus e espaços de memória, assim como a participação em manifestações públicas, permitiram compreender a História Pública como um campo vivo, atravessado por disputas narrativas, engajamentos políticos e compromissos éticos com a luta e a justiça de todos aqueles que foram afetados pelo terrorismo de Estado argentino.

Essas vivências tornaram visível a centralidade que a memória da ditadura ocupa no espaço público argentino, bem como o papel desempenhado por educadores, instituições escolares, universidades e movimentos sociais na produção e circulação de narrativas históricas socialmente referenciadas. Ao mesmo tempo, possibilitaram o exercício do deslocamento analítico, ao provocar constantes comparações com o contexto brasileiro, especialmente no que se refere às políticas de memória, às formas de institucionalização da História Pública e às relações entre educação, direitos humanos e Estado.

Os impactos do desenvolvimento e da participação nessas atividades e instituições também puderam ser observados no compartilhamento das reflexões decorrentes dessas experiências no retorno ao Brasil, as quais foram socializadas com estudantes da pós-graduação e da graduação, garantindo que a experiência do intercâmbio não findasse em si mesma, mas provocasse reflexões, novas indagações e resultados que extrapolassem aqueles diretamente envolvidos em seu acontecimento.

Nesse sentido, o intercâmbio funcionou como chave interpretativa para a reflexão teórica que se apresenta na próxima seção, ao oferecer elementos empíricos e experienciados que tensionam e ampliam os debates sobre História Pública no contexto latino-americano.

A partir dessas experiências, torna-se possível avançar para uma reflexão mais detida sobre a História Pública na Argentina, compreendendo-a como um campo em movimento, profundamente atravessado por disputas políticas, memórias traumáticas, engajamentos coletivos e práticas educativas que extrapolam o espaço acadêmico.

Com isso, a próxima seção busca sistematizar essas observações e reflexões, contribuindo para o debate sobre a História Pública a partir de uma perspectiva latino-americana situada.

HISTÓRIA PÚBLICA NA ARGENTINA: reflexões a partir de uma experiência de intercâmbio

A cidade de Buenos Aires, onde passamos a maior parte do intercâmbio acadêmico, apresentou-se, desde o primeiro momento, como um espaço que respira memória e que guarda em diversos lugares de sua paisagem, a história de estudantes, professores, artistas e militantes que lutaram e defenderam bravamente a democracia durante a ditadura militar, iniciada em 1976 que perdurou até 1983.

Assim, dentre o seu cotidiano permeado pelo aroma dos cafés e correria dos transeuntes destacaram-se para nós, as “baldosas por la memoria”, que à primeira vista pareciam simples azulejos decorativos revelaram-se como fragmentos de memórias que surpreendem o transeunte ao nomear as vítimas e localizar geograficamente a repressão, consolidando uma História Pública que se faz viva nas ruas e no cotidiano.



Fig. 1 - Baldosas argentinas, 2025 (arquivo pessoal).

Deste modo, as chamadas *baldosas* constituíram a primeira expressão de uma História Pública argentina que nos chama atenção por revelar uma dimensão engajada na luta por memória e justiça em relação aos desaparecidos e assassinados pela ditadura.

Posteriormente, ao percorrermos a cidade de Buenos Aires a partir de nossas experiências em universidades, bibliotecas, escolas e demais espaços de circulação cotidiana, observamos que esses azulejos fazem parte de uma iniciativa do coletivo Barrios por Memoria y Justicia construído no contexto das mobilizações sociais impulsionadas pela crise argentina de 2001 e que com o passar do tempo, seus membros permaneceram articulados e estabeleceram vínculos com coletivos de bairros já existentes, como a Comissão pela Memória e a Justiça de La Paternal e Villa Mitre, Vecinos de San Cristóbal contra la Impunidad, entre outras organizações sociais com distintas finalidades.

Nesse cenário:

A partir do seio da cidadania e em torno da figura dos lutadores populares mortos e desaparecidos, foram tecidas redes sociais, apropriados espaços públicos, recuperadas histórias de luta e criadas dimensões próprias e inovadoras de uma memória coletiva intersubjetiva (Quiroga et. al, p. 114, 2015. *tradução nossa*).

Esse aspecto evidencia uma concepção de História Pública que se constrói para além dos espaços acadêmicos e institucionais, emergindo das demandas e do engajamento social autônomo que através da formulação de novas perguntas sobre o passado, constrói espaços capazes de tensionar e reconfigurar instituições, órgãos governamentais e o próprio campo historiográfico.

Tal engajamento social também pode ser observado no movimento intitulado “Si no hay justicia, hay escrache”, no qual a organização HIJOS articulou ações conjuntas com vizinhos, organizações sociais e ativistas com o objetivo de expor, no espaço público, a impunidade de militares e de outros envolvidos no terrorismo de Estado e na repressão vivida pelo país. A primeira ação data de 1995 e elas consistem na intervenção em prédios, calçadas e instituições, por meio de pinturas e marcações simbólicas, que denunciam a presença impune desses indivíduos nesses locais.

Desta maneira, as pinturas e marcações que ainda podem ser vistas em um passeio cotidiano pela cidade de Buenos Aires, também ganharam outras funções com o tempo, servindo para visibilizar denúncias contra as violências de gênero, a corrupção e demais desigualdades sociais vivenciadas no país.

Os chamados *escraches* e as *baldosas*, fazem parte de uma série de expressões que compõem a paisagem da cidade de Buenos Aires em conjunto com os *pañuelos* que pintados no centro da Plaza de Mayo, marcam o lugar em que as mães e avós daqueles que estão desaparecidos, ainda permanecem se reunindo e reivindicando o encontro dos seus filhos e netos, desde a ditadura.

Estes símbolos tornam-se ainda mais visíveis no cotidiano mediante a chegada do mês de março, conhecido como o mês da Memória, Verdade e Justiça, em que são realizadas exposições de filmes, peças de teatro, exposições de arte e demais eventos de forma gratuita pelas organizações ligadas aos direitos humanos e demais ativistas. Além disso, as escolas elaboram projetos, muitas vezes, em conjunto com estas organizações a fim de unificar o movimento pela justiça, memória e verdade e garantir que as próximas gerações não esqueçam do que ocorreu no país.

Neste âmbito, a partir da nossa experiência, destacamos o trabalho desenvolvido pela Escola Normal Superior nº4 “Estanislao Zeballos” que durante 2025, desenvolveu em conjunto com a comissão dos direitos humanos da escola, trabalhos e atividades acerca desta temática em todos os níveis oferecidos pela instituição.

Dentre essas iniciativas, destacamos o incentivo à participação das crianças na campanha promovida pela organização Abuelas de la Plaza de Mayo, intitulada “*La memoria en marcha*”, na qual foram produzidas correntes de bonecos de papel de mãos dadas, posteriormente espalhadas por praças, estações de metrô, museus, bibliotecas e ruas, com o objetivo de difundir o trabalho, a atuação, as reivindicações e a história dessas organizações.

Já no âmbito dos professores em formação na escola, destacamos a realização da aula inaugural do semestre na qual foi exibido o documentário “*La hendiya del tiempo*” com direção de Florencia Chidichimo que apresenta uma videodança performática, baseada na narração em primeira pessoa da filha de um detido-desaparecido durante a última ditadura cívico-militar na Argentina, marcada pela veemente necessidade de colocar em dança as declarações testemunhais por ela realizadas em dois julgamentos por crimes contra a humanidade. O cenário em que a performance é realizada trata-se do Parque da Memória localizado em Buenos Aires, em homenagem às vítimas da ditadura.

Neste mesmo evento, a comissão de direitos humanos da escola também produziu atividades com os professores em formação, estimulando-os a realizar análises acerca do processo ditatorial argentino em comparação às fortes repressões vivenciadas durante as manifestações realizadas pelos aposentados do país semanalmente, por fim, para expressar suas reflexões, os alunos deveriam expressar-se apenas com seu corpo através de movimentos e fotografias, utilizando como exemplo o filme exibido anteriormente.

De acordo com (Abbatista et. al, 2025), a implementação da abordagem das temáticas que se referem ao regime militar argentino, surge a partir da promulgação da Lei Nacional de Educação 26.206 de 2006 que define como um de seus principais eixos, a construção de uma identidade nacional aberta, que respeita as diversidades e os direitos humanos. Diante disso:

Nos materiais que circulam nas escolas, os quais conformam e também transformam esse código disciplinar da história escolar, é possível identificar uma primeira presença de temas vinculados à última ditadura cívico-militar, às violações de direitos humanos, ao terrorismo de Estado e à democracia nos textos escolares tradicionais, especialmente a partir da reforma instituída pela *Ley Federal de Educación* de 1993. Nesse sentido, a partir do mercado editorial, em diálogo com as prescrições curriculares — ainda que de forma não homogênea — foram sendo definidos conteúdos e orientada a atualização historiográfica e as reflexões sobre a história recente, mediante a incorporação, nas equipes autorais, de homens e mulheres do âmbito acadêmico preocupados com essas problemáticas. Ao mesmo tempo, surgiram projetos editoriais que buscavam abrir o diálogo com os docentes e fornecer subsídios para o trabalho dessas temáticas em sala de aula, como, por exemplo, *Haciendo memoria en el país de Nunca Más* (Dussel, Finocchio e Gojman, 1997) e *La dictadura (1976-1983). Testimonios y documentos* (Caraballo, Charlier e Garulli, 1998), ambos da editora Eudeba (Abbatista et. al, 2025, p.77 *traduções nossa*).

Assim, as autoras evidenciam que a implementação de tais práticas curriculares no chão das escolas argentinas emerge de iniciativas coletivas, constituídas a partir da articulação entre acadêmicos e professores, corroborando o que (Ituarte, 2023) aponta, à luz de uma fala do autor Ricardo Santhiago, acerca da noção de ativações históricas capazes de mobilizar, contribuir e concretizar ideias, debates e lutas que as comunidades buscam transmitir. Tais ativações

mostram-se fundamentais para deslocar o pesquisador do lugar de tutela para o lugar de parte integrante do processo de desenvolvimento do conhecimento histórico.

Para além das experiências realizadas no âmbito escolar, consideramos imprescindível mencionar o trabalho desenvolvido por organizações argentinas em torno da série “O Eternauta”, lançada pela Netflix no primeiro semestre de 2025, enquanto uma estratégia contemporânea de disputa da memória e de reatualização dos debates sobre a violência de Estado.

Os movimentos que envolveram o lançamento da série na argentina, aos nossos olhares, trataram-se de uma potente experiência de história pública, na qual a sociedade se apropria de narrativas, diálogos e acontecimentos do cotidiano, atribuindo-lhes novos significados e produzindo outras leituras e reflexões históricas.

A série em questão apresenta, em um novo formato audiovisual, a clássica história em quadrinhos de ficção científica escrita por Héctor Germán Oesterheld entre 1957 e 1959, ampliando seu alcance para novos públicos e contextos geracionais. A partir de seus personagens e do universo narrativo construído, a obra opera como uma alegoria política que permite problematizar as tensões sociais e políticas vividas na Argentina, evidenciando formas de autoritarismo, repressão e resistência coletiva.

Nesse sentido, tanto a obra original quanto sua adaptação contemporânea constituem dispositivos pedagógicos e culturais potentes para a reflexão crítica sobre o passado ditatorial e suas permanências no presente. Além disso, diante de seu lançamento, marcado pela ampla circulação de cartazes e *outdoors* produzidos pela Netflix para a divulgação da série, as organizações HIJOS e Madres & Abuelas de la Plaza de Mayo apropriaram-se desses espaços, resignificando-os em favor de suas lutas e reivindicações históricas, ao lembrar que o autor da obra também foi vítima do terrorismo de estado e é um dos desaparecidos do regime militar junto às suas filhas.

Entre as ações desenvolvidas, destacamos a marcha realizada por ativistas dessas organizações na Plaza de Mayo, espaço histórico e simbólico que abriga, há décadas, as mobilizações das Mães e Avós dos desaparecidos durante a ditadura



Fig. 2 - Fonte: Redes sociais da organização Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio.

Desta vez, vestidos com trajes semelhantes aos dos personagens da série, os ativistas marcharam em círculo na praça, retomando corporal e simbolicamente uma prática histórica de resistência e de denúncia que questiona publicamente o paradeiro do autor da obra e de suas filhas, inscrevendo no espaço urbano a memória dos desaparecimentos forçados, articulando ficção e história como estratégia política de interpelação da sociedade e de atualização das demandas por verdade e justiça.

Tais ações supracitadas nos levam a refletir sobre o que aponta (Santhiago, 2016) a respeito dos quatro engajamentos fundamentais da História Pública, os quais, passíveis de entrecruzamento, são:

[...] a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e autorreflexividade do campo (Santhiago, 2016, p. 28).

Assim, as ações observadas em Buenos Aires permitem compreender a História Pública argentina como um movimento que não emerge apenas da atuação acadêmica, mas se constitui como uma prática social viva, tecida no cotidiano da cidade e nas experiências educativas, culturais e políticas protagonizadas pela sociedade, convocando instituições e historiadores a integrarem-se a esse movimento.

Além disso, trata-se de uma História Pública que evidencia o caráter compartilhado de sua construção na América Latina, na medida em que, em todos os exemplos analisados e vivenciados durante o intercâmbio, observamos a articulação entre públicos diversos, organizações vinculadas aos direitos humanos, coletivos de bairro e ativistas, em torno da luta por memória, verdade e justiça em relação à história daqueles que foram mortos e desaparecidos pelo terrorismo de Estado.

Ao mobilizar os quatro engajamentos propostos por (Santhiago, 2016), essas iniciativas tensionam fronteiras entre especialistas e públicos, entre passado e presente, entre memória e ação política, evidenciando o potencial da História Pública como instrumento de formação crítica, de produção compartilhada de conhecimento histórico e de enfrentamento ao revisionismo histórico e múltiplas formas de violências promovidas pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências abordadas nesta escrita, proporcionadas pelo intercâmbio promovido pelo Programa Abdias Nascimento (CAPES), concluímos que a História Pública argentina trata-se de um movimento que envolve tanto práticas sociais vivas no cotidiano da cidade e nas lutas por memória, verdade e justiça, quanto distintos atores sociais pertencentes a academia, organizações políticas, órgãos ligados aos direitos humanos, partidos políticos, torcidas organizadas, coletivos de bairros e entre outros.

Tal mescla, tem garantido o fortalecimento de uma História Pública que se faz a partir de distintos modos e apropriações do passado, que perpassam desde as ações desenvolvidas nas ruas, como as *baldosas*, *escraches* e marchas, até as apropriações e ressignificações de obras que envolvem desaparecidos políticos, como o caso do autor de “O Eternauta”, Germán Oesterheld e suas filhas.

Assim, este campo e movimento se faz a partir das demandas do público e pelo público, evidenciando uma concepção de História Pública comprometida com a escuta, a participação social e a produção coletiva de narrativas sobre o passado.

Acreditamos, portanto, ser fundamental entrar em contato, conhecer e valorizar essas experiências, que, entre semelhanças e diferenças, revelam a multiplicidade deste campo de produção do conhecimento histórico e oferecem elementos para refletir sobre os rumos que a História Pública brasileira e latino-americana tem tomado, rumos cada vez mais autônomos, distantes de suas origens estadunidenses e voltados para as demandas de nossas próprias sociedades.

Ultrapassando a história feita *para* o público, a História Pública latino-americana tem se mostrado cada vez mais coletiva, formulada e produzida pela união de coletivos que reúnem uma pluralidade de grupos, abrangendo distintos lugares sociais, gêneros, territorialidades, etnias, origens e demandas.

Nesse sentido, o intercâmbio configurou-se como uma experiência formativa ampliada, capaz de deslocar nossos olhares enquanto pesquisadores para além da observação acadêmica, inserindo-o em processos coletivos de produção de sentidos sobre o passado. Essa vivência evidencia o papel dos intercâmbios acadêmicos, especialmente aqueles viabilizados por políticas afirmativas, como espaços privilegiados para a construção de uma formação crítica.

Por fim, as reflexões apresentadas neste trabalho reforçam a importância de compreender a História Pública não apenas como um campo de atuação, mas como um compromisso ético e político com as sociedades às quais o conhecimento histórico se vincula, especialmente em contextos atravessados por traumas coletivos e pela persistência de desigualdades e violências estruturais.

REFERÊNCIAS

ABBATISTA, Lucía; ANDRADE, Gisela Fabiana; RODRIGUEZ, Alejandra Fabiana. La historia pública en Argentina, un campo en movimiento. In: RAGUSA, Helena; FRANÇA, Cynthia Simioni (org.). **Quando o passado grita e a História chama: a História Pública em foco**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. v. 1, p. 63-83. ISBN 978-65-265-2020-8. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/quando-o-passado-grita-e-a-historia-chama-a-historia-publica-em-foco/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ITUARTE, Inti Artero. Historia pública: si la defino la limito. In: RODRIGUEZ, Alejandra et al. **Historia pública en América Latina: teorías y prácticas desde el sur**. 1. ed. Argentina: Editorial UNQ, 2023. Cap. Primera Parte: Debates conceptuales sobre la historia pública y su campo de acción, p. 25-42.

MASSONE, Marisa; AKSELRAD, Betina. **Justicia por armar**. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2023. 40 p. ISBN 978-987-4465-94-8.

QUIROGA, Amparo; SAMANES, Cecilia. Memoria y memoriales: las baldosas en Argentina como expresión de las memorias resistentes. In: **Jornadas de Sociología de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNCuyo** (1.: 2013: Mendoza, Argentina). La sociología frente a los nuevos paradigmas en la construcción social y política. [S. l.], 2013. p. 113-122. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/teladejuicio/article/viewFile/1618/1432>. Acesso em: 27 jan. 2026.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O impacto das políticas de ação afirmativa no projeto educacional de famílias negras: o Programa Abdias Nascimento. **Educação & Sociedade**, v. 46, jan. 2025.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

| Submetido em: maio de 2026
| Aprovado em: julho de 2026
| Publicado em: setembro de 2026